

Superior Tribunal de Justiça

PET no HABEAS CORPUS Nº 471.516 - RJ (2018/0253701-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
REQUERENTE : FLAVIO LUIZ SALDANHA E SILVA (PRESO)
ADVOGADO : PAULO VITOR CONFORTI BRUM - RJ120020
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

DESPACHO

Por intermédio da Petição de n.º 00480443/2019, FLÁVIO LUIZ SALDANHA E SILVA aduz, em síntese, que a Sexta Turma concedeu a ordem de *habeas corpus*, acolhendo integralmente o pedido formulado. Assim, *"a concessão da ordem representa a desconstituição do decreto de condenação e todos os atos que dele decorrem, sendo incorreta a interpretação do juízo de piso de que este Tribunal, ao acolher o pleito defensivo, determinou tão só a remessa dos autos a primeira instância, com remessa ao MPF para que se manifeste a respeito da proposta de suspensão do processo, sem anulação da condenação e afastamento do trânsito em julgado da condenação"* (fls. 214-215).

Requer, desse modo, *"seja expedido ofício ao juízo da 10ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro determinando que seja dado efetivo cumprimento aos termos do acórdão, informando que a sentença condenatória foi anulada e, por consequência, foi afastado o trânsito em julgado, devendo ser (re)publicada a sentença após manifestação do MPF sobre a proposta de suspensão condicional do processo"* (fl. 215).

Pois bem.

No caso, observa-se do acórdão de fls. 177-186 que a ordem de *habeas corpus* foi concedida *"para determinar o retorno dos autos à Instância a quo a fim de se oportunizar ao Ministério Público a possibilidade de oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo ao Paciente e aos corréus"* (fl. 186), não tendo sido determinada a anulação da sentença condenatória. Desse modo, poderia o ora Requerente, caso assim entendesse, insurgir-se por intermédio de embargos de declaração, buscando obter a referida anulação, o que, no entanto, não foi providenciado.

Assim, na hipótese de insistência na negativa de proposta do benefício, devidamente fundamentada, como verificado no caso, fica mantido o trânsito em julgado. No mesmo sentido, confira-se o HC 203.278/RJ.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, NADA A DEFERIR.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

